

# Planos de saúde individuais e familiares têm reajuste de 15,5%

Percentual foi definido por agência de saúde suplementar; antes, Ministério da Economia recomendou aumento

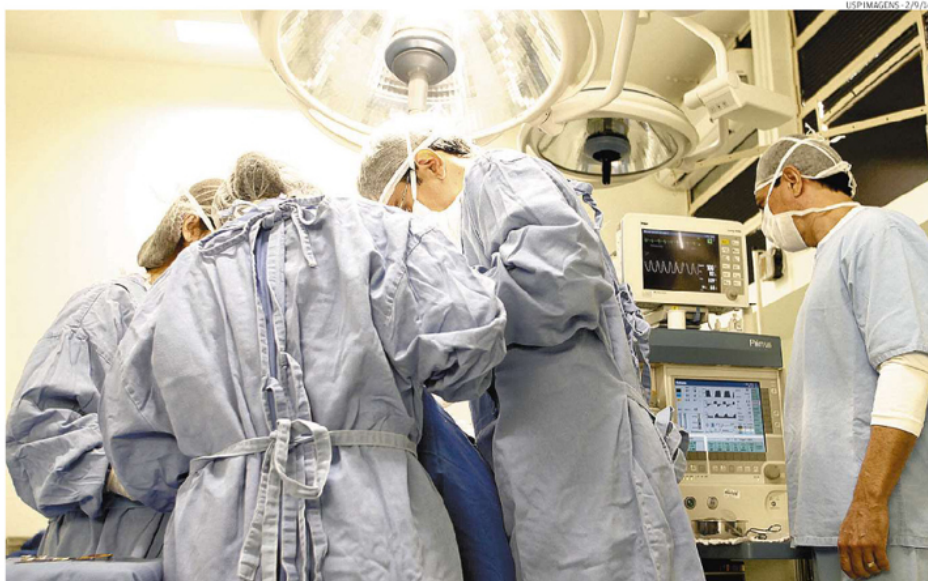
DEBRASÍLIA

Com o aval do Ministério da Economia, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autorizou ontem um reajuste de até 15,5% no valor dos planos individuais e familiares. O argumento é que houve aumento das despesas das operadoras, com procedimentos eletivos, por exemplo, no ano passado. O reajuste foi aprovado em reunião da diretoria da ANS por quatro votos a um.

"No trabalho da agência, a gente foca, acima de tudo, na sustentabilidade do setor, pensando obviamente no melhor para o consumidor, na estabilidade das relações. (O objetivo é) A viabilidade da manutenção do setor para dar continuidade, entregando às famílias as coberturas assistenciais contratadas", disse o diretor-presidente da ANS, Paulo Rebello, na reunião.

Um total de oito milhões de beneficiários deve ser afetado. O reajuste vale para o período de 1º de maio de 2022 a 30 de abril de 2023. Para planos individuais e familiares, o aumento no valor depende de autorização prévia da ANS.

No ano passado, a ANS aplicou uma redução na tarifa de 8,19% para o período de maio de 2021 a



Decisão da ANS atinge 8 milhões de usuários: Ministério da Economia alegou que houve uma "elevação nos custos das operadoras" desde 2021

abril de 2022. As operadoras não puderam cobrar índices maiores que o definido, mas, sim, aplicar índices menores. A justificativa, na época, foi a queda das despesas em 2020 causada pela covid-19.

O cálculo do reajuste da ANS para 2022 e 2023 teve

a concordância do Ministério da Economia. Em ofício enviado à ANS, uma equipe da pasta afirmou que o aumento proposto pela agência deve ser "avaliado à luz dos recentes acontecimentos advindos da pandemia de covid-19, que impactou drasticamente o setor de

saúde suplementar".

"Se, por um lado, a demanda por tais serviços caiu consideravelmente em 2020, reduzindo os custos das operadoras naquele ano, por outro a demanda reprimida em 2020 foi bastante sentida em 2021, com um considerável crescimento no uso dos

serviços dos prestadores de saúde pelos beneficiários, gerando uma elevação nos custos das operadoras, que vinham de uma redução nos seus preços desde maio de 2021, além de um congelamento por oito meses em 2020", apontou a pasta. (Estadão Conteúdo)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

**Seção:** Economia **Caderno:** B **Página:** 1